

A TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO (1837-1942)

Silvia Cristina de Oliveira Rodrigues Gil
Mestrado em andamento em Geografia Humana
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo
(FFLCH/USP)
Professor da Secretaria Educação Gov. do Estado São Paulo
silviacristinagil@usp.br

ROCHA, G. O. R. *A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)*. 302f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1996.

O trabalho de Genylton Rego da Rocha pretende demonstrar que a geografia enquanto disciplina escolar não se constitui apenas em “vulgarização” do saber erudito produzido nas academias, mas que ao contrário do que muitos pensam e do ocorrido na maioria das disciplinas escolares, a geografia escolar foi responsável não só pela legitimação da nova ciência geográfica, como também por sua institucionalização.

Para tanto, analisa a história da geografia escolar brasileira desde sua institucionalização no currículo prescrito oficialmente no ano de 1837 para o “Imperial Collegio de Pedro II”, localizado na cidade do Rio de Janeiro, até os anos quarenta do século XX.

Inicialmente, Genylton Rego da Rocha indica os caminhos utilizados em sua pesquisa que situam a história da disciplina de geografia e sua institucionalização enquanto conteúdo curricular, à luz da História das Disciplinas Escolares, que está relacionada ao processo de reconceptualização do Campo do Currículo, processo este, iniciado por volta dos anos de 1960 quando emerge a Nova Sociologia do Currículo, que originou vários estudos, dentre eles os voltados para a história do currículo.

A história do currículo apresenta o fato de “desnaturalizar” os conhecimentos presentes no currículo. É condição fundamental para esclarecer que o currículo é dotado de uma história e que ele é socialmente produzido, sujeito a mudanças e transformações.

As discussões iniciais sobre a temática curricular surgiram no início do século XX e foram marcadas por preocupações com processos de racionalização, sistematização e controle da escola e do currículo e sofreram poucas alterações nas produções teóricas contemporâneas.

Influenciados pela Teoria da Administração Científica de Frederick W. Taylor, os primeiros teóricos da área desenvolveram uma proposta de modelo burocrático aplicável à

Building the way

teoria curricular e que tinham como preocupações a industrialização e a divisão social do trabalho.

O propósito de adaptação em relação à teoria da Administração Científica era planejar “cientificamente” as atividades pedagógicas para um maior controle das metas e padrões pré-definidos, dessa forma objetivando moldar e manipular de tal forma que crianças em idade escolar se encaixassem em papéis sociais predeterminados.

A escola passa a ser vista como instrumento fundamental no cumprimento das funções sociais, como facilitadora da adaptação das novas gerações às transformações econômicas, sociais e culturais e o currículo como instrumento fundamental para o controle social.

No final da década de 1940, surge então a proposta do autor Ralph Tyler, que vê na definição dos objetivos, o ponto ao redor do qual todas as ideias educacionais devem girar. A ação de definir objetivos deve ser baseada na razão e na realidade e para tanto deveriam ser examinadas três fontes: a) os interesses e as necessidades dos alunos b) a vida contemporânea fora da escola e c) sugestões oferecidas por especialistas em componentes curriculares. Estabelecidos os objetivos deveriam estes passar pelo filtro filosófico – valores, e pelo filtro psicológico – psicologia da aprendizagem. Para detectar até que ponto os objetivos propostos foram atingidos, aparece então com grande relevância avaliação.

Tanto nas propostas teóricas produzidas pelos teóricos pioneiros do campo do currículo, quanto nas que se seguem, o currículo atua como via de dominação cultural e ideológica, como mediador da ordem social e econômica junto ao indivíduo. Na escola é cobrado empenho na internalização dos significados e dos comportamentos desejáveis, na direção de um currículo hegemônico, desconsiderando a diversidade e os interesses dos alunos, afirmando a ideia que o currículo não é neutro.

As teorias pioneiras do currículo e seus herdeiros se abstiveram de trazer para o centro das discussões as divergências, contradições e conflitos que se davam interna e externamente à escola, procurando desestoricizar o currículo para atender os objetivos de poder Estatal.

Uma nova leitura, marcada pelo reflexo do processo de industrialização mundial e que teve como conseqüências a acentuação das injustiças e desigualdades surgiu como denúncia acerca do papel da escola e do currículo, a esta transformação ocorrida na década de 1960, dá se o nome de reconceptualização no campo do currículo. Estes autores passaram a criticar as

Building the way

teorias conservadoras do currículo, buscando em teorias sociais desenvolvidas, principalmente na Europa o apoio para justificar suas reflexões e propostas.

Nos Estados Unidos, no início de 1973 a partir de uma conferência realizada na Universidade de Rochester vários especialistas que tinham em comum a rejeição pela tendência conservadora, emergiram duas correntes de reconceptualização: uma integrada por Michael Apple e Henry Giroux fundamentada no neomarxismo e na teoria crítica, e outra de tradição humanística e hermenêutica que teve como principal teórico Willian Pinar.

Michael Apple, líder do movimento reconceptualista do currículo nos Estados Unidos, em sua obra. *Ideologia e Currículo* (APPLE, Michael W. - *Ideologia e Currículo*. 3ª ed. São Paulo, Artmed, 2006). Parte do princípio que a educação não é um empreendimento neutro, e os educadores, conscientes ou não, estão implicados num ato político.

Partindo desta reflexão e analisando o papel da geografia escolar podemos compreender o papel que a geografia escolar prescrita, enquanto componente curricular exerceu e exerce no interior da escola que temos. Até que ponto a geografia escolar tem servido para legitimar a visão de mundo da classe dominante? Como temos conseguido elaborar resistência para praticarmos uma geografia escolar cidadã?

A organização curricular não visa apenas proporcionar que o aluno alcance os objetivos educacionais formalmente explicitados, sobretudo a escolas precisam ser vistas como espaços sociais dotados de um duplo currículo: um explícito formal, aquele prescrito formalmente nas legislações, propostas oficiais e nos planejamentos dos professores e outro oculto e informal que contém objetivos que não são informados nem explícitos no currículo prescrito ou explícito.

Para concluir esta reflexão introdutória, é de fundamental importância na análise na estruturação do currículo a influência da tradição seletiva, para tanto, Michael Apple se apóia na teoria de Raymond Willians, que consiste no controle da tradição pela classe dominante. A escola tem como conhecimento oficial apenas uma parte dos mesmos, dentre um universo inteiro de conhecimento, são os “eleitos” como sendo “dignos” de serem transmitidos às futuras gerações.

Portanto, segundo Michael Apple, poder e cultura não podem ser vistos como entidades estáticas e sem conexão, mas como atributos das relações econômicas existentes em uma sociedade que estão dialeticamente entrelaçados, poder e controle econômico estão interligados com poder e controle cultural, sendo assim, a geografia escolar foi oficialmente legitimada dentre outras possíveis, cabendo assim a análise de como a tradição seletiva orientou

Building the way

o saber geográfico que foi legitimado pelo modelo de geografia que foi implantado e como este modelo ainda mantém seus reflexos na atualidade.

O já referenciado anteriormente “campo da Reconceptualização do Currículo”, criou base para a emergência da hoje conhecida Sociologia do Currículo que deu origem a diferentes estudos, sendo um deles, a história do currículo.

A história das disciplinas escolares por sua vez, contribui para a compreensão da história do ensino, pois através dela é possível compreender não somente as práticas docentes, mas as finalidades que orientaram sua constituição, as intencionalidades e toda a bagagem social e cultural abarcada, portanto, quais práticas e representações orientam a constituição de uma disciplina escolar.

Através da perspectiva histórica é possível analisar como se deram os processos de seleção e organização do conhecimento escolar.

É possível identificarmos através de seu estudo como os rumos de uma disciplina escolar são influenciados por fatores internos e externos a ela, portanto os motivos de determinado conhecimento ser mantido, excluído ou alterado ao longo de sua trajetória e os conflitos que promoveram as mudanças dos paradigmas e conseqüentemente a estes, as mudanças curriculares.

Segundo o historiador francês André Chervel, em seu trabalho intitulado “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, traduzido e publicado no Brasil, em 1990, a criação das disciplinas escolares são criações espontâneas do sistema escolar.

Chervel destaca que o saber escolar é detentor de um poder insuficiente valorizado na sociedade, pois desempenha um papel duplo, o de formar indivíduos e também uma cultura capaz de modificar e penetrar na cultura da sociedade global. Contrário a ideia de vulgarização, este autor ressalta que os conteúdos de ensino não podem ser considerados vulgarizações ou adaptação dos saberes.

Segundo Genylton Rocha (1996), a trajetória da geografia escolar brasileira iluminada através de sua sócio-história no período estudado, sofreu duas orientações: a orientação clássica e a tradição moderna. Ambas se chocaram em um determinado período o que sucedeu um processo de complementariedade.

O autor realiza uma construção histórica do surgimento da disciplina de geografia no ensino e destaca também que a geografia escolar possui uma dinâmica própria e uma autonomia, não podendo ser considerada uma vulgarização do saber erudito.

Building the way

A obra de Genylton Rego da Rocha vem de encontro a esta necessidade de conhecermos como se deu este processo de inserção da disciplina geografia nos currículos prescritos brasileiros, para sua elaboração, o autor realizou uma análise documental das legislações educacionais, dos currículos e de suas sucessões desde o Brasil colônia e até o governo Getúlio Vargas nos anos 1940.

É uma obra de referência, uma vez que as pesquisas em torno desta temática são raras, principalmente por muitos acreditarem a geografia escolar uma simplificação da geografia científica, o que através deste trabalho podemos compreender que foi ao contrário.

Não se conta uma história da geografia, sem antes passarmos pela geografia escolar.

Apesar de ser presença garantida nos currículos prescritos para o ensino primário e secundário brasileiro, a existência desta disciplina se tornou tão “natural” que quase ninguém – incluindo os próprios profissionais que com ela trabalham – questiona o porquê de sua inserção e presença nos currículos, nem os motivos que justificam o seu ensino obrigatório no Brasil.

O velho hábito político de desconexão entre o discurso e a prática, que remetem a origem da geografia a objetivos de construção de um nacionalismo patriótico, não de passa de um mero discurso, pois como compreender a realidade local através de construções que surgiram a partir de uma realidade externa, uma vez que o currículo brasileiro foi “transplantado” do modelo francês.

A pesquisa de Genylton Rego da Rocha não se preocupou com a compreensão do “currículo oculto”, o autor se concentrou no currículo prescrito/explicito e não explora as intenções que se encontram embutidas na trajetória do currículo de geografia no Brasil. Deixando como sugestão o preenchimento dessa possível lacuna através de novos estudos a serem realizados. Portanto, a pesquisa não se propõe a dar conta da história social da geografia no Brasil.

Ao observarmos a história da educação no Brasil, percebemos que o ensino sempre esteve interligado aos objetivos de dominação e doutrinação hegemônicos, sem questionamentos, sem resistência, ligado a uma cultura de reprodução de ensinamentos e que não permitia e muitas vezes e ainda não permite, reflexões aprofundadas, onde os ensinamentos são baseados na transmissão de uma tradição, a quem muitos ainda resistem defender e reproduzir, o que reduz a cultura de uma sociedade a considerações de natureza profissional e até corporativa, como destacam André Chervel e Marie- Madeleine Compère, no estudo, *As Humanidades no Ensino* (Do original: *Les Humanités dans l'Histoire de L'enseignement*

Building the way

Français. Histoire de L'Education. INRP, mai. 1997, n. 74, p. 5-38. Tradução de Eulina Pacheco Lutfi e Yara Bello Ghoubar e revisão técnica de Daniela Auad).

A geografia ainda hoje ensinada ainda possui características da geografia do século XIX, baseada no modelo francês. O modelo de reprodução de culturas estrangeiras, predominantemente européia, não somente se limitou somente à geografia, mas a todas as áreas e ao sistema de ensino brasileiro como um todo.

Este modelo curricular fragmentado e desconexo necessita ser superado para que as reflexões mais profundas possam ser tecidas, mas infelizmente o que tem ocorrido é que as matrizes curriculares reproduzem uma sucessão de políticas públicas que não tem profundidade nem continuidade, intencionalmente para deixar sem solução e servir de base a possíveis reflexões mais aprofundadas.

As ações em torno do ensino e do currículo, que atingem também o currículo de geografia, que experimenta desde a sua gênese uma sucessão de modelos que se proclamam inovadores, mas que se mostram à reprodução de modelos anteriores. Criações que surgem como inovadoras, mas que reproduzem sempre os modelos anteriores, gestadas sob a luz de uma teoria que não é a nossa e de uma produção de conhecimentos que cada vez mais distancia a geografia escolar da geografia científica, que distancia também a Universidade da escola.

Diversos problemas surgem então desta desconexão, como por exemplo, problemas da formação de professores e da elaboração, dos currículos escolares.

Quem e como vão se formar os nossos formadores? O currículo deve ser criado pela Universidade através de pesquisas sobre quais as necessidades curriculares para a formação do pensamento geográfico brasileiro e de uma geografia escolar cidadã?

Ou o currículo deve ser organizado pelos governantes que são responsáveis pela instituição dos currículos escolares?

Ou ainda os currículos devem ser elaborados pelos professores?

Deixo como sugestão algumas questões para nossa reflexão:

Como se contar a história da geografia sem dantes passarmos pela geografia escolar?

Conhecendo através desta leitura mais um pouco a história da geografia escolar brasileira e sua instituição.

Seria mesmo a nossa geografia escolar a “nossa geografia”?

A obra de Genylton Rego da Rocha é uma referência para os pesquisadores sobre Ensino de Geografia, Geografia escolar, Currículo e História do Pensamento Geográfico

Building the way

Brasileiro á também uma importante leitura para professores de Geografia e demais pesquisadores das áreas de Geografia e Educação.